

Perspectivas sociais, corpo e diferença: apontamentos para a análise das relações entre mídia, gênero e pluralidade social¹

Flávia Biroli²

1. *Apresentação: as fronteiras entre público e privado e as relações entre mídia e democracia*
(ou o que é que corpo e esfera privada têm a ver com o problema das relações entre mídia e democracia)

A seleção dos temas e personagens presentes na cobertura jornalística atende a critérios específicos de relevância, que fazem parte da rotina que organiza o trabalho jornalístico³. Não há, nisso, qualquer novidade. Pelo contrário, pode-se pensar que o entendimento de que essa seleção não é natural ou dada, mas fruto de modos de compreender a realidade que são reveladores do funcionamento do jornalismo e de suas interações com outras esferas sociais, é um dos pressupostos básicos da ampla maioria dos estudos sobre as relações entre os meios de comunicação e a política. Conceitos centrais a esse campo de estudos, como os de *agenda setting* e enquadramento (McCombs e Shaw, 2000; Goffman, 1988), remetem a esses pressupostos. Soma-se a isso o fato de que o acesso a muitos aspectos da realidade e o próprio entendimento do que é atual derivam do contato com as informações difundidas pela mídia. Os meios de comunicação têm um papel ativo na definição do que é socialmente relevante – em grande parte porque a própria centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas estabelece uma sobreposição entre relevância social e visibilidade.

Também não é particularmente impactante afirmar que existe uma relação direta entre a definição dos temas presentes no noticiário, as narrativas em que esses temas se inserem e a seleção de quem tem voz nos debates que ganham tempo e espaço nos meios de comunicação. Ao ativar determinadas compreensões da realidade, o

¹ *Paper* apresentado no GT Comunicação e Democracia do III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), PUC-SP, 9-11 de dezembro de 2009.

² Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq. E-mail: fbiroli@terra.com.br

³ As discussões feitas neste *paper* fazem parte do projeto “Gênero e política na mídia brasileira”, coordenado pela autora e financiado pelo CNPq (edital 57/2008, bolsas de PQ e IC) e se beneficia dos dados e discussões produzidos anteriormente no âmbito do projeto “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil”, coordenado por Luis Felipe Miguel e financiado pelo CNPq (editais nº 45/2005) e pela FAP-DF (edital nº 5/2008).

jornalismo confirma e ao mesmo tempo promove determinados atores sociais ao lugar de enunciadores privilegiados, isto é, de indivíduos que têm competência e recursos para dizer algo que merece a atenção do público. Estudos sobre o noticiário de telejornais e revistas impressas brasileiras apontam para o fato de que têm voz no noticiário político os ocupantes de cargos e posições de destaque no campo político em sentido estrito (Gomes, 2008; Miguel e Biroli, 2008). Assim, mais do que colocar-se a favor de uma ou outra posição no espectro político (candidatos, partidos, governos), o jornalismo confirmaria as hierarquias correntes ao atribuir mais voz a quem já a detém, pela posição que ocupa em sua esfera de atuação, e menos voz ou o silêncio justamente a quem está em posições marginais nos campos em que trava suas próprias disputas. Com isso, naturaliza, grosso modo, a configuração atual da política e a marginalidade que implica para indivíduos e grupos sociais com perfis que, por várias razões, não coincidem com os daqueles que ocupam as posições mais centrais – na política e na mídia.

Outros estudos tratam das interferências recíprocas entre a agenda da mídia e a agenda política, em diversas esferas em que a atividade e os debates políticos se dão. Com preocupações e abordagens diferentes, procuram compreender como e em que circunstâncias a mídia agenda e é agendada pela política. Para indicar exemplos diversos, essa preocupação aparece nos estudos sobre as disputas eleitorais, mas também em estudos recentes sobre a cobertura ao referendo das armas de fogo (Maia, 2009), a eventos como o Fórum Social Mundial (Weber, 2006), a temas como o aborto (Azevedo, 2009) e em estudos voltados para a atuação de movimentos sociais e outros atores coletivos com possibilidades relativamente restritas de impor sua agenda à mídia de grande circulação (Prudêncio, 2003).

Em alguns casos, esses estudos enfrentam diretamente o problema das relações entre agenda, enquadramento e acesso à voz. Em outros, a agenda e a disputa entre enquadramentos é discutida sem uma preocupação quanto ao desfile de personagens com maior ou menor destaque e o rol dos que não existem – ou não são sujeitos dos debates – nos meios de comunicação. Uma atenção mais direta para esse problema permite destacar a conexão entre as categorias que conferem relevância a temas e personagens no noticiário e a presença concentrada das perspectivas de grupos sociais específicos na cobertura jornalística, legando outros, grosso modo, a alternativas pouco atraentes: a presença marginal, a presença estereotipada ou o silêncio.

A partir de abordagens presentes no campo da teoria política feminista, este *paper* tem o objetivo de discutir um aspecto dessa hierarquização, a relação entre a esfera pública (e os comportamentos e atividades a ela associados) e a esfera privada (do mesmo modo, com os comportamentos e atividades a ela associados). Entendemos que a visibilidade do privado, do íntimo e do que concerne o corpo e a aparência física atende a uma clivagem de gênero. Isso significa que a privacidade é demarcada por fronteiras menos ou mais tênues e tem sentidos diferenciados se quem foi alçado à condição de personagem na cobertura jornalística é homem ou mulher. Dito de outro modo, a relação entre os temas presentes na cobertura jornalística e as esferas pública e privada oscila e essa oscilação está fortemente relacionada à presença e centralidade de mulheres no noticiário político⁴.

O *paper* dialoga com pesquisas empíricas sobre visibilidade midiática e relações de gênero. A partir de abordagens diferentes, mas complementares, essas pesquisas discutem a relação entre a posição de marginalidade da mulher no campo político e sua presença restrita no noticiário político. A proposta, aqui, não é apresentar uma análise sistemática dos dados, mas discutir, a partir de abordagens no campo da teoria política feminista, a relação entre agenda, enquadramento e voz à luz de uma reflexão sobre a dicotomia entre público e privado na mídia. A visibilidade do corpo aparece, então, como um aspecto relevante do modo como a mídia representa, diferentemente, homens e mulheres, confirmando hierarquias e posições sociais convencionais.

A hipótese mais geral que orienta este estudo é, assim, a de que um aspecto importante da relação entre agenda, enquadramento e voz nos meios de comunicação é a incorporação e reprodução da dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. O limite entre o que (e quem) tem e o que (e quem) não tem relevância na mídia e, especialmente, no noticiário político é, por um lado, fruto da presunção de que a oposição entre público e privado atende a padrões que não precisam ser questionados e corresponde a hierarquias que não são, do mesmo modo, objeto de contestação. Por outro lado, as fronteiras se deslocam quando as poucas personagens femininas que ganham centralidade no noticiário estão em evidência, mas esse deslocamento não rompe com a hierarquia entre as esferas. Pelo contrário, a associação entre mulher e

⁴ Dizer que existe uma relação forte entre a presença de mulheres no noticiário e os deslocamentos nas fronteiras entre o público e o privado não significa dizer que esses deslocamentos atendem unicamente a essa variável ou que as explicações para esses deslocamentos sejam esgotadas pela problemática de gênero. Análises sobre a cobertura a escândalos e casos de corrupção apontam para outras questões, igualmente relevantes.

espaço privado produz, duplamente, a pouca visibilidade das mulheres no noticiário e sua presença marcada por estereótipos de gênero.

A sobreposição entre visibilidade e relevância social indica que os limites estabelecidos entre o público e o privado estão relacionados à possibilidade de que determinados atores – e temas – venham a público e ganhem espaço nos debates na mídia e em outros campos. A hierarquia entre esfera pública e esfera privada, com os valores associados aos dois pólos, pode ser entendida como um dos fatores de marginalização das mulheres porque mantém aspectos importantes de sua experiência à margem dos debates. Constitui, de maneira mais específica, obstáculos para que as mulheres construam suas carreiras políticas e, de maneira mais ampla, obstáculos para a reconfiguração das relações de gênero.

O *paper* está dividido em três seções, incluída esta apresentação. A segunda discute a relação entre esfera pública e privada e apresenta de modo mais detalhado a hipótese de que as fronteiras entre o público e o privado são, ao mesmo tempo, confirmadas e deslocadas, no noticiário, de acordo com clivagens de gênero. A terceira seção discute a relação entre a agenda nos meios de comunicação, a presença diferenciada de homens e mulheres no noticiário e a visibilidade do corpo, apresentando alguns dados sobre a presença de mulheres no noticiário político das principais revistas semanais brasileiras. Depois disso, há uma breve conclusão sobre a relação entre a dicotomia público-privado e a visibilidade nos meios de comunicação, mais especificamente no noticiário político.

2. *As fronteiras entre o público e o privado e as relações de gênero (ou o que é que a subordinação na esfera privada tem a ver com os limites da democracia na esfera pública)*

A divisão entre público e privado é estruturante da política e do pensamento político ao menos desde o século XVII e permanece, como um pressuposto não problematizado, nas correntes hegemônicas da teoria política contemporânea. Há algumas décadas, no entanto, a teoria feminista discute a relação entre a construção e institucionalização social das diferenças sexuais (levando ao conceito de “gênero”) e a institucionalização da oposição entre o público e o privado e dos sentidos específicos assumidos por essa oposição. O ponto principal, nessa perspectiva, é o entendimento de que o público ou o político não podem ser discutidos isoladamente do que se delimitou como a esfera do privado ou do pessoal. As relações que se estabelecem em uma e outra

dessas esferas têm impacto sobre as posições e oportunidades dos indivíduos e as diferenças estabelecidas entre as esferas não são naturais, mas resultam de um modo de conceber a política e delimitar os problemas, perspectivas e atores que dela participam “legitimamente”.

As ambigüidades nos sentidos assumidos pelos termos dessa dualidade são discutidas por diversas autoras, que expõem a oscilação, nas vertentes hegemônicas da teoria política, das oposições entre Estado e sociedade e entre vida doméstica e vida não-doméstica, incluindo o âmbito econômico em uma ou outra dessas esferas (Mackinnon, 1989; Okin, 1998; Pateman, 1990). O pressuposto de que a oposição entre publicidade e privacidade “funciona” de maneira universal está presente amplamente na teoria política hegemônica, em seu silêncio sobre os problemas relativos à acomodação entre igualdade formal e desigualdades sociais efetivas. O silêncio relativo aos problemas de gênero, raça e classe social, por exemplo, impede a compreensão dos impactos diferenciados da “proteção” e do “sigilo” para a garantia da intimidade. Se, para alguns, essa garantia significa a preservação da individualidade e das relações afetivas, produzindo espaço e tempo necessários ao desenvolvimento de suas potencialidades, para outros – mais especificamente, para *outras* – significa a preservação de um espaço em que relações assimétricas e mesmo violentas e a imposição de determinadas rotinas impedem a afirmação da individualidade e estabelecem os limites ambíguos entre habilidades socialmente estimuladas, aceitas e reconhecidas e comportamentos (e identidades) socialmente desvalorizados.

A teoria feminista, grosso modo, entende o público e o privado como duas faces de uma mesma ordem social, definida por Pateman (1990, 122) como “liberalismo patriarcal”. Essa dualidade consiste em uma de suas místicas principais: a de que é possível descolar a vida social da esfera das instituições do liberalismo político. De modo diverso, a crítica feminista entende que a subordinação e dependência impostas às mulheres, e reproduzidas pela divisão sexual do trabalho, permeia as diversas esferas da vida e explicita as conexões entre elas.

A afirmação de que “o pessoal é político” foi, portanto, central a uma denúncia – a de que a inclusão formal das mulheres não foi suficiente para que se estabelecessem *relações democráticas*, que nesse caso implicariam no abandono da visão das mulheres como naturalmente subordinadas, dependentes e fragilizadas. Foi, também, o ponto de partida para perspectivas teóricas focadas nas relações de poder na esfera privada e nos

limites que essas relações impõem à construção de uma esfera pública em que os *diferentes* indivíduos pudessem estar presentes de maneira não assimétrica.

Simplificadamente, o debate feminista apresenta posições que vão da aceitação de premissas centrais do liberalismo, defendendo a participação na política democrática em seu entendimento mais restrito⁵, a posições que questionam frontalmente as distinções entre as esferas pública e privada. Nessas últimas, está presente, de diferentes formas, o entendimento de que a institucionalidade vigente é uma expressão das formas de dominação ativas e garante a permanência de estruturas sociais que produzem e naturalizam a subordinação das mulheres. Também neste pólo estão as críticas mais radicais às compreensões convencionais do familiar e do íntimo como o espaço em que floresceriam relações afetivas que estabeleceriam seus próprios critérios de justiça, como as da advogada e jurista norte-americana Catharine MacKinnon (1989), que associa a privacidade à preservação de um espaço para o exercício livre da violência dos homens sobre as mulheres. Para a autora, a relação constitutiva entre sexualidade e dominação leva à constatação de que as relações de poder – e as assimetrias que encerram – consolidam-se na esfera das relações pessoais e íntimas em um continuum com as divisões que organizam a vida pública, as leis e as instituições.

Em perspectiva distinta, a cientista social Jean Cohen (1997) entende que a preservação da privacidade não é, necessariamente, sua manutenção nos termos definidos pela ordem patriarcal. Crítica às teóricas feministas do campo jurídico, entre as quais se inclui MacKinnon, mencionada acima, e aos comunitaristas, especialmente Michael Sandel, Cohen defende a relação entre o direito à privacidade e a “autonomia decisional” – “há mais envolvido do que o direito de estar sozinho. O que está em jogo é a proteção de identidades concretas e frágeis e processos de auto-formação que são, de fato, constitutivos de quem nós somos e quem nos desejamos ser” (Cohen, 1997, p. 153).

Um outro aporte a essa discussão está na crítica feita por Nancy Fraser à noção de esfera pública em Habermas. Para retomar brevemente a posição da autora, uma concepção pós-bruguesa (pós-liberal) de esfera pública deve abordar criticamente a interação – contestatória e conflituosa – entre públicos múltiplos e desiguais, “identificando o mecanismo que faz com que alguns deles sejam subordinados a outros”

⁵ Mesmo nesse caso, Pateman (1990) destaca que a admissão das mulheres como indivíduos portadores de opiniões e preferências que não estavam contidas nas de seus maridos ou pais atingia o cerne patriarcal do liberalismo e explicitava os limites de suas noções de igualdade e universalidade.

(1994, p. 128). O foco central da crítica, como na discussão anterior, é a convivência entre igualdade formal e desigualdades sociais efetivas. Para Fraser, essas desigualdades constituem e delimitam as interações discursivas que se dão nas esferas públicas, não sendo possível ignorá-las ou abordá-las tendo como referência a ficção de que indivíduos abstratos e munidos de uma razão universal interagem em busca de um consenso.

A formação da esfera pública burguesa incluiu, segundo Fraser, a afirmação da classe burguesa como “classe universal”, transformando seus valores e padrões em normas racionais de interação. O que a visão habermasiana deixa de fora é justamente a relação entre o conteúdo concreto dessa racionalidade e as formas de distinção e de separação que constituem a esfera pública. A separação estrita entre público e privado, com novos códigos para a domesticidade feminina, é parte importante dessa dinâmica e estabelece conexões entre as exclusões de gênero e outras formas de exclusão⁶.

A crítica permite, assim, compreender que a esfera pública burguesa é constituída por exclusões que se estabelecem por meio do apagamento de outras arenas públicas e de perspectivas e discursividades que, consideradas, levariam os conflitos (e não o consenso) ao centro do debate. Essa mesma crítica expõe o conteúdo ideológico da noção de universalidade em pelo menos dois sentidos: ele estabelece os parâmetros para a exclusão legítima de determinados grupos sociais, com suas experiências e formas de significá-las, e oculta essa exclusão por meio de uma definição da política burguesa pela racionalidade, transparência e acessibilidade.

A presunção de que a democracia é possível enquanto desigualdades sócio-econômicas e de gênero permanecem está conectada, segundo Fraser, à busca, pelos teóricos liberais, de isolar os processos políticos “daqueles que são considerados processos não-políticos ou pré-políticos, característicos, por exemplo, da economia, da família e da vida cotidiana informal” (Fraser, 1994, p. 121).

O problema, portanto, do que ganha espaço no debate público e do que é legado ao silêncio está relacionado à hierarquia entre o público e o privado. As experiências consideradas pouco relevantes não apenas estão situadas predominantemente em uma

⁶ A partir da análise de Geoff Eley, Fraser (1994, p. 115) ressalta que a separação entre público e privado e a codificação da domesticidade “funcionou como significantes que são chave para a diferença da burguesia tanto em relação aos estratos sociais mais altos quanto aos mais baixos. É uma medida do sucesso eventual desse projeto burguês que essas normas tenham, mais tarde, se tornado hegemônicas, em alguns momentos impostas e em outros assumidas por segmentos mais amplos da sociedade”.

esfera, a privada, mas são parte central das experiências e pontos de vista de atores sociais específicos, como as mulheres (que tiveram sua vida e suas competências associadas, historicamente, à domesticidade e à família). A despolitização do privado não apenas marginaliza, potencialmente, esses atores e suas perspectivas sociais, mas diminui ou retira a visibilidade de desigualdades e formas de opressão que são centrais à vida cotidiana de muitos indivíduos em sociedades em que as instituições democráticas liberais podem ser consideradas como funcionando a pleno vapor.

Assim, a discussão sobre o que deve e o que não deve ser preservado como parte da intimidade – de uma intimidade que permite a produção de individualidades autênticas, no sentido trabalhado por Jean Cohen –, remete a um conjunto de problemas que nos interessam diretamente. A definição “justa” das fronteiras entre preservação da intimidade e preservação de um espaço em que opressão e dominação sejam exercidas sem regulação depende da possibilidade de que os indivíduos subalternizados tenham voz e que sua experiência seja considerada socialmente relevante (só assim ela poderá pesar na definição de critérios de justiça que abranjam as esferas pública e privada).

A própria definição do que é público e do que é privado e dos limites entre essas esferas é, portanto, uma questão política da mais alta relevância. E isso está diretamente relacionado ao fato de que não é “natural” que determinados assuntos ganhem o *status* de assuntos públicos (no sentido de que são levados à publicidade *porque* são considerados de relevância pública) e outros sejam considerados como parte de experiências individuais e restritas. Mas está relacionado, também, ao fato de que o privado venha a público de diferentes maneiras. Dois exemplos podem ajudar a esclarecer esta última afirmação: a tematização, pelo movimento feminista e pela teoria política feminista, da violência doméstica e da justiça intra-familiar, por um lado, e, por outro, o fato de que as mulheres sejam permanentemente associadas, mesmo em sua atuação profissional ou nas esferas políticas, a habilidades, exigências e características que seriam típicas da esfera privada, da intimidade ou das questões relacionadas à sexualidade e ao corpo. No primeiro exemplo, a politização e a exposição da esfera privada permitem combater relações de opressão que se ocultam, muitas vezes, sob um véu que garantiria a intimidade. No segundo, a atuação na esfera pública é forçosamente relacionada aos papéis exercidos na esfera privada – o que, no caso das mulheres, significa o reencontro com convenções restritivas e pressões e ônus diferenciados daqueles que se exercem sobre os homens.

No primeiro caso, estamos lidando com duas exigências da democracia radical, como postuladas por Iris Marion Young (1990, p. 120), a de que nenhuma pessoa, ação ou aspecto da vida seja forçado à privacidade e a de que nenhuma instituição ou prática social seja excluída *a priori* de se tornar um assunto próprio para a discussão e expressão pública. No segundo, estamos lidando com o problema de que tornar visíveis as experiências relacionadas à esfera privada não significa, necessariamente, confrontar as hierarquias e convenções que estabelecem a dualidade convencional entre o público e o privado, assim como seus impactos sobre a vida de alguns indivíduos, sobretudo as mulheres. A associação com a privacidade, a intimidade e o corpo podem, justamente, funcionar como uma marca de diferença negativa, ou estigma, em discursos que presumem a relevância do público e o associam à universalidade, à razão abstrata à impessoalidade. O privado, os afetos e o corpo aparecem, nesse caso, como “o outro”, como um desvio em relação ao que a esfera pública e a atuação política legitimamente pressuporiam.

Paralelamente, para a discussão feita neste *paper*, destacam-se pelo menos dois pontos de contato entre essas abordagens e a dualidade (e as tensões) entre o público e o privado na mídia. Um deles diz respeito aos temas, atores e perspectivas sociais que ganham visibilidade na cobertura jornalística – as hierarquias entre o público e o privado são determinantes para a presença de homens e mulheres e para a seleção das temáticas presentes no noticiário. O outro diz respeito, por sua vez, ao fato de que a tematização do privado, do íntimo e do corpo não implica, necessariamente, uma subversão das hierarquias entre essas esferas – o privado e o corpo podem estar presentes como desvios, confirmando estereótipos de gênero.

3. *Visibilidade diferenciada, corpo e mulheres no noticiário político: “idéias tão desnecessariamente curtas quanto as suas saias”
(ou o que corpo e estereótipos de gênero têm a ver com a agenda e enquadramentos político-midiáticos)*

Em compasso com as mudanças mais amplas que ocorreram nas sociedades que se organizam por instituições e valores liberais, pode-se trabalhar com a hipótese de que existe cada vez menos discriminação *aberta* de sexo, gênero e raça nos meios de comunicação. A expressão e pressão de movimentos sociais como o movimento negro, o movimento LGBTTT e o movimento feminista podem ser consideradas parcialmente responsáveis por essa mudança, agindo por meio de ONGs ou mesmo observatórios de

mídia. Mas o próprio peso e amplitude desses movimentos são possíveis porque existem graus mínimos de garantia à pluralidade e porque há, em algum grau, uma aceitação de que as diferenças (ou algumas delas) devem ser respeitadas.

A diminuição ou ausência de discriminação aberta (como o veto explícito ao acesso dos indivíduos a espaços e posições específicas) não garante, no entanto, que o cotidiano das sociedades liberais seja livre de formas de opressão que restringem as possibilidades de auto-determinação dos indivíduos. Ao contrário, a posição de subalternidade de alguns grupos sociais convive com a universalização dos direitos e, em alguns casos, com formas de valorização de diferenças. Nos meios de comunicação, isso significa dizer que a ausência de normas ou posições abertamente sexistas, por exemplo, não garante visibilidade simétrica a homens e mulheres. Significa, ainda, dizer que existe uma convivência entre o ideal de imparcialidade que legitima o trabalho jornalístico e o tratamento diferenciado que os grupos sociais recebem no noticiário, com impacto sobre suas possibilidades de expressão e auto-determinação⁷.

No jornalismo, o ideal da imparcialidade está relacionado à “detecção” e “registro” de realidades que seriam prévias à sua construção como notícia (mesmo que a partir de “ângulos” reconhecidamente diversos). Os destaques e silêncios presentes na cobertura seriam, assim, registros de uma geografia das posições que se mantém ou se altera independentemente da atuação da mídia. Uma vez que esse ideal é deslocado, é possível avaliar o discurso jornalístico pela ativação, reforço ou confrontação com aspectos relevantes da ordem social vigente, isto é, avaliá-lo não pela maior ou menor correspondência a uma realidade que lhe seria exterior, mas pelo papel que desempenha na naturalização (ou no questionamento) de clivagens sociais e relações de poder. Os meios de comunicação podem funcionar como um “círculo de reforço” (Young, 2000) às posições e diferenças de gênero ao confirmarem representações da realidade social que estão em harmonia com as estruturas que definem de maneira desigual as oportunidades de homens e mulheres. Nesse caso, não haveria um *gap* de “objetividade”, mas a confirmação de perspectivas sociais hegemônicas que naturalizam e, assim, contribuem para uma dada configuração das relações de poder.

A distinção entre discriminação e opressão aparece na crítica de Iris Marion Young ao liberalismo para diferenciar as situações em que os indivíduos são explicitamente “barrados” daquelas em que há uma série de constrangimentos

⁷ A esse respeito, cf. Miguel e Biroli (2009).

estruturais agindo em conjunto para restringir suas oportunidades e sua autonomia. Para a autora, quando se foca na discriminação, corre-se o risco de perder de vista como “o peso que as instituições e as concepções, hábitos e comportamentos das pessoas em relação aos outros se dirige à reprodução das condições materiais e ideológicas que tornam a vida mais fácil, produzem melhores oportunidades reais e estabelecem a prioridade do ponto de vista dos homens brancos e heterossexuais” (Young, 1990, 197).

A presença reduzida de mulheres no noticiário político pode ser pensada dessa maneira. É, ao mesmo tempo, um efeito das estruturas de poder que potencializam a marginalização das mulheres no campo político em sentido estrito e um reforço a essa posição marginal – e, portanto, à posição vantajosa de alguns indivíduos e grupos sociais. A “constatação” da presença marginal alimenta essa realidade, constituindo-se em um elemento, entre outros, de naturalização de uma política masculina. Pesquisa que realizou acompanhamento sistemático dos principais telejornais e revistas semanais brasileiros ao longo de 2006 e 2007 mostrou que as mulheres são apenas 12,6% das personagens dos telejornais e 9,6% das personagens das revistas. A presença reduzida atende, ainda, a outras diferenciações, como por exemplo, a duração média dos *sounbites* de mulheres e homens nos telejornais – as delas são de 10,2 segundos, enquanto as deles duram em média 13,4 segundos. A maior concentração das mulheres, quantos aos tipos de personagem presentes no noticiário, está entre os “populares”, personagens sem competência específica (nos telejornais, são 28,7% das mulheres contra apenas 5,2% dos homens, e nas revistas, em que esse tipo de personagem está menos presente, são 2,5% das mulheres e 0,5% dos homens). Além disso, à presença restrita das mulheres corresponde a sua associação com temáticas de menor relevância, segundo as hierarquias vigentes nos noticiários e no campo político – as mulheres estão mais concentradas no noticiário de *fait-divers*, enquanto a maior concentração relativa dos homens é no noticiário político⁸.

A ausência confirma a marginalidade e o não-pertencimento, de modo amplo: o mundo da cobertura midiática é masculino⁹. Por outro lado, a relação entre agenda e voz demonstra que as mulheres têm presença maior justamente nas temáticas que têm menor

⁸ “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil”. A pesquisa realizou o acompanhamento dos telejornais noturnos *Jornal Nacional*, *Jornal da Band* e *SBT Brasil* e das revistas semanais *Veja*, *Época* e *Carta Capital* por quase dez meses ao longo dos anos de 2006 e 2007.

⁹ E branco, como mostram dados da mesma pesquisa: os negros são 9,2% das personagens do noticiário político dos telejornais no período analisado.

impacto positivo para sua projeção e visibilidade¹⁰. Essas constatações seriam suficientes para sustentar a afirmação de que a mídia reforça relações estruturais de gênero que implicam em desvantagem para as mulheres – lembrando, como foi dito, que podemos pressupor, em consonância com grande parte dos estudos da área de comunicação e política, que existem sobreposições importantes entre visibilidade e relevância social e considerar, dentro do nosso foco, que essas sobreposições têm efeitos específicos quando se considera as formas de valorização e de construção das carreiras políticas de homens e mulheres.

A presença feminina no noticiário político oscila, assim, entre a invisibilidade e uma alteridade marcada por estereótipos. A análise da presença das mulheres que detêm posições no campo político, como ministras, senadoras e deputadas, permite observar que os estereótipos estão presentes na relação entre agenda, enquadramentos e voz de duas maneiras: uma delas, explicitada pela pesquisa já mencionada, é a relação com as temáticas “femininas” e/ou com as temáticas de menor centralidade no noticiário; a outra é a relação entre visibilidade, vida privada e corpo, que é discutida mais diretamente neste *paper*.

A visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa porque identifica as mulheres como dissonantes em relação ao ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos, sem que promova a politização das questões relacionadas ao corpo e à esfera privada. A seletividade temática caminha, assim, junto com uma visibilidade também seletiva, em que as fronteiras entre idéias e corpo, entre razão e afeto e, de maneira mais ampla, entre público e privado confirmam “pertencimentos” sociais diversos. O fato de que o corpo e aspectos da vida privada (e familiar) das mulheres seja tematizado – enquanto outros aspectos da trajetória dos homens ganham relevância – está diretamente ligado às pressões, exigências e critérios de julgamento diferenciados impostos a homens e mulheres. Isso significa que ao mesmo tempo em que a visibilidade diferenciada pode ser considerada um ônus para as mulheres (porque confirma os papéis sociais convencionais e as relaciona a competências e atividades socialmente desvalorizadas, quando se trata da atuação na esfera pública), ela pode ser também um recurso para adquirir visibilidade, uma vez que essas distinções *funcionam* no cotidiano jornalístico e fazem parte das conexões entre agenda e voz. Em outras palavras, deve-se considerar que a opção pela invisibilidade muitas vezes é considerada,

¹⁰ Esse dado é confirmado também por pesquisas sobre a atuação política de mulheres no Congresso Nacional (Miguel e Feitosa, 2008; Biroli e Mello, 2008).

por parte das próprias mulheres, pior do que o recurso aos estereótipos tradicionais para inserir-se na agenda ou ampliar a presença em coberturas específicas.

A temática da relação entre corpo, vida privada e estereótipos pode servir para discutir a complexidade da atuação dos meios de comunicação e do jornalismo, em especial, em meio a arranjos sociais estruturados e de grande permanência. Em primeiro lugar, a mídia não produz os estereótipos, mas atua no sentido de reforçá-los ou confrontá-los. Pode, mesmo, mobilizar esses estereótipos de maneira localizada, enquanto os questiona em padrões discursivos que adquirem estabilidade relativa em um dado momento ou, ao contrário, pode apresentar posições críticas em circunstâncias específicas enquanto mantém, em ampla medida, uma relação estreita com as convenções e papéis socialmente estruturados. Em segundo lugar, os estereótipos não são associados às mulheres sempre a partir de condições externas, isto é, podem fazer parte de suas próprias estratégias para alcançar a visibilidade. Mas, principalmente, podem constituir suas identidades de maneiras bastante complexas¹¹.

No debate feminista, há, em várias vertentes, a preocupação com o fato de que as mulheres tendem a enxergar seus próprios corpos e, portanto, constituir suas identidades a partir de uma perspectiva masculina. Para Catherine MacKinnon (1989), por exemplo, isso significa que as mulheres constroem a visão que têm de si mesmas a partir dos recursos que sua condição de subordinação lhes oferece, isto é, a partir da internalização dos valores que confirmam e reproduzem sua condição de dominadas. Em outras vertentes do pensamento feminista, destaca-se uma outra questão, a de que a vivência do corpo, da sexualidade e de outros aspectos da experiência das mulheres não se esgota nas representações masculinas sobre a feminilidade. Há mais nessas experiências do que a oposição entre dominador e dominado permite apreender. É preciso, assim, levar em conta “mecanismos estruturais mais impessoais que são vividos em meio a formas culturais mais fluidas. Uma consequência é a (re)produção da subordinação mesmo quando as mulheres agem crescentemente como indivíduos que não estão sob o comando direto de homens específicos. A outra é a criação de novas formas de resistência política e contestação cultural (Fraser, 2007, p. 235).

¹¹ Para utilizar um exemplo recente, a atual ministra da Casa Civil do governo Lula e provável candidata do PT à sucessão presidencial, Dilma Rousseff, submeteu-se no início de 2009 a cirurgias plásticas e mudanças em sua auto-apresentação que garantiriam a ela uma aparência mais jovem. As pressões e a consultoria de marqueteiros e *personal stylists* coincidem com pressões de caráter mais amplo, ostensivas mesmo quando não são explícitas no seu impacto para o sucesso profissional ou a vida afetiva das mulheres.

A vivência do corpo e da sexualidade pelas mulheres é analisada de maneiras distintas e conflitivas. Para mencionar análises que têm evidência e estabelecem clivagens importantes nesse debate, temos (1) a internalização da dominação (o que, na leitura radical de Catherine MacKinnon significaria que não existe vivência autônoma do próprio corpo, pelas mulheres, em relações heterossexuais e contextos institucionais em que a perspectiva masculina se impõe), (2) a autonomia proporcionada pela liberação sexual e pelo controle reprodutivo (que em Elizabeth Badinter (2005) aparece como o entendimento de que a revolução sexual permitiu à mulher um controle sobre o próprio corpo e sobre os “usos” que dele se fazem) e (3) a associação positiva entre feminilidade e os papéis convencionalmente atribuídos às mulheres, centrados na maternidade e no cuidado ao outro (o que, em autoras como Sarah Ruddick (1989) e Carole Gilligan (1982), representantes do “pensamento maternal”, está relacionado à possibilidade de encontrar experiências autênticas ou a voz do *self* sob as camadas de sentidos impostas pela dominação).

Nos meios de comunicação, coloca-se, de maneira mais ampla, o problema das fronteiras entre a imposição de uma lógica específica para a produção da visibilidade e da relevância pública – uma lógica midiática – e a incorporação e utilização dessa mesma lógica pelos diferentes atores sociais. O domínio dessa lógica pode denotar, ao mesmo tempo, a incorporação de suas premissas e a possibilidade potencialmente ampliada de agir sobre essa mesma lógica de modo a beneficiar-se dela, pressioná-la e mesmo, no limite, modificá-la. As relações entre agenda, voz, corpo e vida privada apresentam essa variação – ou tensão – entre a imposição de uma lógica, que nesse caso está relacionada à confirmação de estereótipos de gênero, e o recurso a essa mesma lógica (e aos estereótipos que envolve) para garantir visibilidade.

A visibilidade restrita é um dos problemas para a afirmação política das mulheres (individualmente, para suas carreiras, e de modo amplo, para a visibilização de suas experiências e pontos de vista). E os estereótipos completam esse quadro. A visibilidade possível, antes mesmo de ser negativa ou positiva para a trajetória individual das mulheres que ganham espaço na cobertura jornalística, está relacionada à divisão dos papéis sexuais e à dualidade entre público e privado. A visibilidade maior do corpo e as “demandas virtuais” (Goffman, 1988, p. 41) que a exposição pública envolve caracterizam uma diferença que aparece como desvio, (re)produz estigmas e impõe ônus específicos para as mulheres.

A pesquisa sobre a presença das mulheres que ocuparam ministérios no governo brasileiro, na cobertura jornalística de quatro revistas semanais de notícias brasileiras – *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *Isto É* –, expõe essa relação entre visibilidade, corpo e estereótipos de gênero. Das 504 matérias analisadas, que incluem artigos, colunas, reportagens, notas e entrevistas publicados entre 1982 e 2008, 171 (33,92%) fazem referência ao corpo e/ou à vida privada¹². Um outro dado que, neste momento, serve apenas para caracterizar o material é que em 289 ou 57,3% das matérias analisadas, as personagens que foram objeto da pesquisa (mulheres que ocuparam o cargo de ministras) foram apenas mencionadas, sem ter voz, direta ou indireta. Em mais da metade das matérias a caracterização não é, assim, acompanhada de palavras da própria personagem, mesmo que pontuais.

Este *paper* não tem o objetivo de realizar uma análise sistemática do material, como foi dito anteriormente. A pesquisa empírica aparece, aqui, apenas para indicar padrões que estão relacionados aos apontamentos teóricos que foram feitos até este ponto, justamente a partir de um diálogo com os dados desta e de outras pesquisas já mencionadas. O enfoque teórico deste *paper* é, assim, apenas complementado pela indicação de padrões discursivos presentes no noticiário das revistas.

No material analisado, os estereótipos de gênero aparecem concentrados em dois eixos: a relação entre comportamento e aparência física, com destaque para o corpo e a auto-apresentação das mulheres, e a relação entre trajetória, comportamento e vida familiar. Nos dois casos, não há variações significativas no tempo, entre os veículos analisados e entre os temas e enfoques na caracterização das ministras – mulheres com trajetórias diferenciadas, que ocuparam o cargo de ministra em pastas diferentes e

¹² A pesquisa analisou a presença de 12 ministras, analisando sua visibilidade no período em que ocuparam os ministérios e em períodos em que exerceram outros cargos públicos. Das 12, 7 exerceram o cargo de ministra durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, desdobrando-se em 64,5% do material analisado. A primeira mulher que ocupou um ministério no Brasil foi Esther Figueiredo Ferraz, ministra da Educação do governo de João Baptista Figueiredo de agosto de 1982 até fevereiro de 1985. O *corpus* da pesquisa foi composto a partir de três tipos de amostragem: a seleção de matérias disponibilizada pelo *clipping* da Câmara dos Deputados, a análise das edições ao longo dos dois meses anteriores e posteriores à data em que assumiram o ministério e sua relação com temáticas específicas (neste caso, a análise foi feita a partir da escolha de temáticas específicas e relacionadas à atuação de cada uma delas, que deram visibilidade a cada uma das ministras). A pesquisa inclui, ainda, um mapeamento da presença das deputadas federais e senadoras nas revistas semanais desde a Constituinte. Nos próximos meses, será produzida uma amostra da presença dos ministros homens nas mesmas revistas, para que seja possível a comparação entre a presença de homens e mulheres. Vale observar que pesquisas prévias e que auxiliaram na organização desse mapeamento mais amplo, feitas com os mesmos objetivos e categorias de análise, mostraram que a comparação confirma padrões diferenciados na visibilidade de homens e mulheres (Biroli, 2010).

governos e contextos, em alguns casos, também distintos. O material, portanto, confirma a relação entre visibilidade das mulheres, corpo e esfera privada no noticiário político. E, principalmente, indica a persistência de estereótipos de gênero organizando a relação entre as especificidades dessas mulheres (de suas trajetórias, de suas carreiras, de suas competências específicas, de suas posições político-ideológicas) e sua visibilidade na mídia, no caso especificamente nas revistas semanais de notícia brasileiras.

A manutenção de representações convencionais da dicotomia entre o público e o privado, perpassadas pelo gênero, realça o que teriam em comum: sua condição de mulher, entendida de maneira específica, isto é, caracterizada de acordo com os estereótipos que definem a mulher ostensivamente por sua posição na esfera privada (íntima, familiar) e seu corpo e auto-apresentação. A caracterização da feminilidade como estigma atende, assim, a três considerações feitas por Erving Goffman (1988), em momentos diferentes de seu estudo: a confirmação da normalidade por meio do destaque a características que representam, no outro, o estigma; o destaque a “características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento” (pp. 52-3) e a construção de um retrato total do indivíduo a partir de alguns traços ou características localizadas. Em uma abordagem, diferentemente, voltada para aspectos estruturais que constituem, simultaneamente, a opressão e a identidade de grupos sociais específicos, Iris Marion Young (1990, p. 59) classifica o imperialismo cultural como a imposição de perspectivas dominantes como se fossem universais, ao mesmo tempo em que se nega, ao outro, a possibilidade de fazer ver e ouvir suas perspectivas. Sua compreensão permite transpor a observação de Goffman sobre a vivência individual do estigma para uma compreensão de seu caráter estrutural (e estruturante das relações de opressão), mas não avança suficientemente no problema de que as perspectivas dominantes não são apenas impostas e reconhecidas como exteriores, mas constitutivas das identidades dos grupos subalternizados¹³.

¹³ Em seus ensaios sobre a relação entre corpo e feminilidade, Young esbarra justamente nesse problema: a tensão entre a imposição dos valores dominantes; a manutenção de perspectivas sociais que não se esgotam naquelas e que seriam características dos grupos subalternizados, ainda que sejam hegemônicas as leituras sobre sua própria experiência feitas pelos grupos que detêm posições centrais; e a internalização das perspectivas sociais dominantes pelos grupos subalternos, levando a uma leitura de sua própria experiência a partir das categorias que (re)produzem as relações de opressão e sua posição de desvantagem.

O enunciado presente no título dessa seção – “idéias tão desnecessariamente curtas quanto as suas saias” – faz parte de uma coluna do jornalista Elio Gaspari publicada na revista *Veja* de 15/05/1991, em que traça um perfil de Zélia Cardoso de Mello após sua saída do Ministério da Economia ainda durante o governo Collor. Também sobre ela, aparecem esclarecimentos de que “se veste corretamente” (*Veja*, s/a, “A moda nova do novo poder”, 14/03/1990) e, na única matéria posterior a sua atuação no ministério, o tema é novamente sua aparência física: “A roupa simples – blusa lisa, calça e sapato baixo – em nada lembra os tailleurs do tempo em que circulava pelos corredores de Brasília como ministra da Economia”, “o cabelo agora é curto e ganhou um louro bem mais claro” (*Época*, Martha Mendonça, “Que loura é esta?”, 02/09/2002).

Os enunciados sobre Zélia Cardoso de Mello são representativos da relação entre comportamento e aparência física que, dentro dos limites desta análise permite, não sofreu alterações ao longo dos 26 anos em que o material foi coletado e não apresenta diferenças significativas entre as revistas. Do mesmo modo, no que se refere a cada uma das mulheres que é objeto da pesquisa, as trajetórias diferentes e a participação, como ministras, em contextos, áreas e governos também distintos não produz clivagens. Os enunciados relativos a Zélia Cardoso de Mello estão em continuidade com enunciados que fazem parte das caracterizações, posteriormente, de Benedita da Silva, que ocupou o Ministério da Assistência Social entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004 e de Marina Silva, que foi ministra do Meio Ambiente entre janeiro de 2003 e maio de 2008 – para trazer exemplos propositadamente díspares.

Com as duas Silvas que estão em evidência na cobertura jornalística, não seria diferente. No caso de Benedita da Silva, os vestidos e a exuberância justificariam o destaque à aparência física – “A conversão ao Evangelho não impediu a manutenção de um pecadilho: a vaidade. Obcecada por se vestir bem, Benedita chegou a encomendar oito vestidos em um mês à costureira Beatriz de Oliveira, no Morro dos Cabritos, favela da Zona Sul do Rio de Janeiro”. (*Veja*, Marcelo Carneiro, “A saga de uma vencedora”, 17/04/2007). No de Marina Silva, a “miudez”, que a caracteriza em vários textos, não é suficiente para diminuir a visibilidade do corpo: “ao pegar na enxada para plantar uma árvore em cerimônia ecológica, a blusa abriu e – ops! – uma nesga de lingerie ficou à mostra” (*Veja*, Lízia Bydlows, “Sabe aqueles dias em que dá tudo errado”, 01/01/2003).

Marta Suplicy é, como foi possível depreender em pesquisa anterior que fazia uma análise comparativa entre ela, Dilma Rousseff e Heloisa Helena (Biroli, 2008), aquela que tem a visibilidade marcada de maneira mais direta e ostensiva pelos

estereótipos relacionados ao corpo e à aparência física. Há, aqui, um aspecto relevante: sua passagem pelo ministério do Turismo correspondeu, grosso modo, ao silêncio das revistas analisadas. Ela esteve em evidência em dois momentos, quando deu uma declaração pouco sagaz em meio à crise nos aeroportos brasileiros (sugerindo que os passageiros “relaxassem e gozassem”) e quando deixou o ministério para concorrer à prefeitura de São Paulo, em 2008. Para manter apenas a indicação de enunciados representativos, foi nesse momento que as revistas publicaram o comentário do articulista José Simão, “a Marta vai tapar os buracos de São Paulo com Botox” (*Veja*, coluna *Veja essa*, 11/06/2008), em consonância com os enunciados sobre sua aparência que se multiplicaram, em especial, quando foi prefeita de São Paulo.

No outro eixo, a relação entre trajetória, comportamento e vida familiar, as mulheres que são objeto da pesquisa ganham a companhia, sobretudo, de maridos e filhos. Dos 92 textos que mencionam familiares, 37 (40,2%) mencionam marido e 28 (30,43%) mencionam filhos. Os outros acompanhantes na cobertura jornalística são, na sequência, namorado, pai e irmãos. Mantendo um paralelo com o primeiro eixo, é novamente possível considerar que há padrões comuns ao longo do tempo, entre os veículos analisados e, sobretudo, entre as diferentes mulheres que fazem parte da cobertura que compõem o *corpus* da pesquisa. Nesse caso, a principal conexão é entre Zélia Cardoso de Mello, nas matérias sobre seu relacionamento com o ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e Marta Suplicy, nas matérias sobre sua separação de Eduardo Suplicy e seu relacionamento com Eduardo Favre, acompanhadas de matérias sobre sua família e posição social de origem. Mais uma vez, a visibilidade de Suplicy é aquela que é mais diretamente atada aos estereótipos de gênero, com a exposição de detalhes – e julgamentos – sobre sua vida íntima e afetiva, sobretudo no período em que ocupou a prefeitura de São Paulo.

As observações sobre a intimidade se estendem às outras mulheres, de maneiras diferentes. Nos casos acima, relações afetivas que constituiriam desvios estão no centro de sua caracterização, em outros casos são justamente os papéis convencionais que são destacados: a maternidade, a tensão e a concorrência entre vida familiar e atuação profissional e política. O desvio e a normalidade se complementam, constituindo representações comuns da dualidade entre público e privado, em seus aspectos de gênero. A “história de vida impecável de Marina” (*Isto É*, Leonardo Attucc, “O custo Marina”, 21/05/2008) é acompanhada de menções ao casamento, aos filhos e ao fato de ter trabalhado como empregada doméstica e sido capaz de superar sua origem social. As

duas únicas menções à ex-ministra da Educação do governo Figueiredo, Esther de Figueiredo Ferraz, apresentam, por outro lado, a confirmação do “pertencimento” da mulher à vida privada ao colocar sua condição de mulher solteira, ao mesmo tempo, como um estigma e uma razão para a atuação política. Enunciados que, ao mesmo tempo, se destacam dos demais (ao ressaltar de maneira mais direta a oposição entre vida pública e vida privada, com uma ênfase valorativa mais forte nesta última do que no restante do material), como o seguinte - “Com sua idade (67 anos), e solteira, só lhe restava mesmo aceitar o cargo para dar uma possível contribuição ao ensino brasileiro” (*Isto É*, 25/08/1982, “Esther e os generais”) – apresentam, no entanto, continuidades com as representações presentes no material sobre as mulheres que assumiram ministérios posteriormente. Na caracterização de Ferraz, a carreira como professora e o fato de ter ocupado a secretaria de Educação em São Paulo convive com esses enunciados: “ela gostaria de manter uma rotina de vida em Brasília, semelhante a São Paulo, onde dirige seu carro, faz compras e cuida da casa”; “solteira, Esther admite que sente falta de um companheiro” (*Veja*, Mirian Guaracicaba, “Sou mulher e insistente”, 25/08/1982).

A cobertura jornalística das mulheres que ocuparam ministérios entre 1982 e 2008 permite, assim, apontar de maneira breve e resumida para as continuidades no tempo, entre os veículos e nas representações das diferentes mulheres (diferentes em sua trajetória pessoal e profissional, posições ideológicas, associação a partidos e governos e relevância das pastas que ocuparam, origem social, tipo de carreira política). As variações são restritas na medida, justamente, em que há um destaque para o fato de serem mulheres, em um sentido bastante restrito: a caracterização duplamente baseada no corpo/aparência física e nos papéis desempenhados na vida privada e seu contraponto, a exterioridade em relação à vida pública mesmo quando sua trajetória, individualmente, não permite essa oposição.

Conclusão

Este *paper* propõe uma discussão inicial sobre a dualidade entre o público e o privado no jornalismo político, a partir das contribuições da teoria política feminista e de problemas e reflexões incitadas por pesquisas empíricas sobre as relações entre gênero, mídia e política no Brasil.

A relação entre agenda, enquadramentos e voz, isto é, entre a seleção dos temas que constituem a cobertura jornalística, as narrativas que lhes atribuem sentido, e os

atores presentes (e ausentes) do noticiário, apresenta especificidades quando se observa a relação entre as esferas: a presença de mulheres no noticiário político desloca os limites entre o público e o privado, sem que, por isso, as hierarquias entre as duas esferas e seus sentidos convencionais se desorganizem. Pelo contrário, quanto mais destaque as mulheres que detêm cargos políticos ganham no noticiário, maior é a exposição do corpo e do privado. A caracterização das mulheres pela sua aparência física, auto-apresentação e desempenho no âmbito afetivo e familiar confirma o “pertencimento” das mulheres à esfera privada e dá evidência a critérios para a avaliação de sua trajetória pública que se diferenciam daqueles mobilizados, grosso modo, para a avaliação das trajetórias dos homens.

No que concerne especificamente às questões de gênero, a discussão aponta para as tensões entre a politização do privado, que desorganizaria, potencialmente, as hierarquias entre o público e o privado, e a visibilidade do privado como confirmação das posições diferenciadas de homens e mulheres – mesmo quando estas últimas têm trajetórias que impõem que se repense as fronteiras entre as esferas e os papéis e “lugares de poder” a elas associados.

Os apontamentos presentes neste *paper* exigem desdobramentos e apresentam, ainda, uma série de lacunas tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. As análises empíricas, sobretudo aquelas que permitirão a comparação entre a presença de mulheres e homens quanto aos estereótipos de gênero, serão associadas a uma caracterização mais sistemática da fronteira entre o público e o privado no noticiário político. A atenção ao modo como essas esferas são representadas permite compreender aspectos relevantes da visibilidade diferenciada dos atores sociais no noticiário, sobretudo quando a atenção está voltada para as relações de gênero.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Andrea. (2009), “Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: dos enquadramentos midiáticos a construção de uma democracia plural”. *E-cadernos CES*, vol. 4; pp. 135-156.
- BADINTER, Elizabeth. (2005), *Rumo equivocados: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BIROLI, Flávia. (2010), “Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos”. *Cadernos Pagu*. No prelo.
- BIROLI, Flávia e Janine MELLO. (2008), “Gênero e Representação Política: Limites e Apostas na Atuação das Deputadas Federais na 52ª Legislatura (2003-2006)”. *Paper* apresentado no VI

Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM). Belo Horizonte, 10 a 13 de junho.

COHEN, Bernard. (1969), *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press.

COHEN, Jean. (1997), "Rethinking privacy: autonomy, identity, and the abortion controversy", em Jeff Weintraub e Krishan Kumar, eds., *Public and private in thought and practice*. Chicago: The University of Chicago Press.

GOFFMAN, Erving. (1986), *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.

MCCOMBS, Maxwell E. e Donald L. SHAW. (2000), "A função de agendamento dos media". In: TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Lisboa: Ed. Minerva.

FRASER, Nancy. (1994), "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy", em CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts, MIT; p. 109-142.

FRASER, Nancy. (2003), "Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation", em FRASER, Nancy e Axel HONNETH. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso.

FRASER, Nancy. (1997), "Beyond the master/subject model: on Carole Pateman's *The sexual contract*", em *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge; p. 225-235.

GILLIGAN, Carol. (1982), *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press.

GOFFMAN, Ervin. (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

GOMES, Wilson. (2008), "Mapeando a audioesfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional". *Paper* apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política" do XVII Encontro da Compós, na PUC-SP, São Paulo, SP.

MACKINNON, Catherine A. (1989), *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge, Mass, Harvard University Press.

MAIA, Rousiley. (2009), "Mediated Deliberation: The 2005 Referendum for Banning Firearm Sales in Brazil". *The International Journal of Press/Politics*, vol. 14; pp. 313-334.

MIGUEL, Luis Felipe e Fernanda FEITOSA. (2009), "O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 52(1). Rio de Janeiro, pp. 201-21.

MIGUEL, Luis Felipe e Flávia BIROLI. (2008), "Gênero e Política no Jornalismo Brasileiro". *Revista Famecos*, n. 36, pp. 24-39.

MIGUEL, Luis Felipe e Flávia BIROLI (2009). "Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa". *Opinião Pública*, vol. 15, nº 1. Campinas, pp. 55-81.

MIGUEL, Luis Felipe e Flávia BIROLI (2009). "A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística". *Paper* apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política" do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG.

OKIN, Susan. (1998), "Gender, the public and the private", em PHILLIPS, Anne (ed.). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press.

PATEMAN, Carole. (1990), "Feminist critiques of the public/private dichotomy", em *The disorder of women*. Stanford: Stanford University Press.

PRUDENCIO, Kelly. (2003), “Mídia e movimentos sociais: a luta do sujeito pela construção do significado”. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, vol. X, n. 3; pp. 95-108.

RUDDICK, Sarah. (1989), *Maternal thinking: towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press.

YOUNG, Iris Marion. (1990), *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.

YOUNG, Iris Marion. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

WEBER, Maria Helena. (2006), “A Comunicação do Fórum Social Mundial”. *Contemporânea*. Salvador, vol. 4; pp. 154-196.